➤ PREGÃO ELETRÔNICO**▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões****CONTRARRAZÃO :**

ILUSTRÍSSIMA SENHORA THAIS ARTIAGA ESTEVES NUNES, PREGOEIRA DO TRIBUNAL REGIONAL DA 18ª REGIÃO – SECRETÁRIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020.
Contrarrazões ao Recurso Administrativo

INTERATIVA FACILITIES LTDA, nova denominação de INTERATIVA – DEDETIZAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.058.935/0001-42, com sede no Setor de Indústria Bernardo Saião, Quadra 02, Conjunto E, Lote 01, Núcleo Bandeirante, Brasília/DF, CEP: 71.736-205, neste ato representada pelo Diretor Presidente IZAIAS JUNIO VIEIRA, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, CPF (MF) nº. 852.336.331-91, e MARCELO LAURINDO, brasileiro, solteiro, administrador, CPF (MF) nº 004.213.771-35, residente e domiciliado em Brasília, Distrito Federal, vem, respeitosamente, com fulcro no Art. 26 do Decreto Federal nº. 5.450/2005; Artigo 109, inciso I, §3º, da Lei 8.666/93; Art. 4º, XVIII e 9º, da Lei nº. 10.520/2002 e do item 12.3 do Edital apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, pelos fundamentos de fato e de direito a seguir articulados:

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Inicialmente, cumpre salientar a tempestividade da presente medida, tendo em vista que de acordo Cláusula 12 do Edital, para apresentação de Contrarrazões o prazo será de 03 (três) após apresentação do Recurso, visto que tal medida fora protocolada pela parte Recorrente no dia 21 de Setembro de 2020 (segunda-feira), iniciando-se a contagem no prazo recursal no primeiro dia útil seguinte, ou seja, 22 de Setembro de 2020 (terça-feira), tem-se como termo final, portanto, o dia 24 de Setembro de 2020 (quinta-feira).

II – SÍNTESE DO PROCESSO LICITATÓRIO:

Visto a necessidade da contratação de atividades para o desempenho de funções de colaboradores visando atender demanda de repartição pública, foi aberto por meio de Edital o Pregão Eletrônico nº 29/2020, do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Este pregão, tem como objeto de licitação a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de facilities compreendendo as seguintes atividades: limpeza e conservação, jardinagem, copeiragem, garçonaria, carregadores e recepcionista, caracterizado como serviços comuns e de natureza contínua, para atenderem às necessidades da Justiça do Trabalho do Estado de Goiás.

Assim, decorrido o período competidor, fora declarada justamente vencedora do certame, a empresa INTERATIVA FACILITIES LTDA, ora Recorrida.

Com a intenção de postergar o referente processo licitatório, com rasos fundamentos e alegações frágeis, a empresa PRESTA SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, interpôs este referido Recurso, que por razões óbvias, deverá ser indeferido.

III – DAS ATIVIDADES DESEMPENHAS PELA RECLAMADA:

Inicialmente, há que se expor algumas breves considerações sobre a atividade desempenhada pela Recorrida, e sobre o seu compromisso com o cumprimento da Legislação, tendo sempre desempenhado com zelo e eficiência o seu dever, com fim de bem prestar seus serviços com alto padrão de qualidade.

A Recorrida está em atuação desde 2002, tornando-se referência no ramo da Higienização, Detetização, Conservação e Limpeza, desenvolvendo soluções completas, baseadas no alto padrão de qualidade e ampla tecnologia, estando comprometida com a excelência na prestação dos serviços, prezando sempre pela satisfação de seus clientes e colaboradores.

Possui uma estrutura sólida, primando pela sustentabilidade, espírito de equipe, transparência, e qualidade.

Está, assim, empenhada na excelência, com desafio contínuo na melhoria, buscando a construção extensa e

constante de uma conduta coerente e responsável diante da Sociedade, com vistas à credibilidade, ciente do impacto da atividade no meio-ambiente e da responsabilidade socioambiental, a partir de uma visão sistêmica. Procura a eficiência, acreditando que esta conduz a níveis de diferenciação com relação ao mercado e aos resultados.

Nesse norte, a par de que o grande diferencial do seguimento e responsáveis por construir um excelente local de trabalho são os Colaboradores, postula a Recorrida o cumprimento de TODAS as obrigações regentes de sua atividade, bem como aquelas decorrentes dos Contratos de seus Empregados e/ou Colaboradores, quais sejam, mas não limitadas a: (a) obrigações trabalhistas, (b) fundiárias, (c) previdenciárias, (d) sociais; e, (e) tributárias.

Após esboçar os princípios e ideais norteadores das atividades que ensejam na seriedade, compromisso e ética da instituição Recorrida, passamos à análise do mérito.

IV – DAS CONTRARRAZÕES:

IV.A – DA REGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO:

Inicialmente, a Recorrente alega que, “A licitante vencedora apresentou dentre seus documentos, procuração pública outorgada perante o Cartório do 5º Ofício de Notas da Cidade de Taguatinga – DF, formalizada em 18/12/2018, ao tempo que, o contrato social da referida empresa sofreu alterações recentes, conforme se nota da Décima Sétima Alteração Contratual apresentada, pelo que, em havendo alteração nos atos registrados, a procuração anteriormente outorgada perde a sua validade, portanto, passível de desclassificação”.

Continua a Recorrente, “Veja-se que a Décima Sétima Alteração Contratual, alterou a razão social da Licitante, bem como, excluiu do objeto social as atividades de comércio de material de limpeza, escritório e de expediente”.

Neste teor, necessário destacar, essas escassas alterações, que não prejudicam em nada o objeto da Licitação ocorrida. É percebido que houve uma alteração na razão social dessa Recorrida, não fora alterado seus sócios, endereços, números de registros, como por exemplo, CNPJ. As atividades da Recorrida que foram excluídas, nada têm haver com o propósito deste pregão, conforme pode ser conferido no Contrato Social em anexo.

O que configura que essas modificações, não acarretam em invalidade desse certame e nem desclassificação da Recorrida, visto que o objeto da demanda esta presente de maneira correta.

Neste sentido, é importante esclarecer que não é a razão social nem a denominação, que definem a personalidade atribuída a uma pessoa jurídica.

A personalidade jurídica é atribuída por meio do registro dos atos constitutivos, nele se averbando todas as modificações ocorridas nos seus termos, conforme artigo 45 do Código Civil.

Portanto, eventuais alterações nos elementos que compõem o ato constitutivo não significam que houve modificação na personalidade jurídica atribuída à empresa. Como no caso concreto, mudança da razão social e exclusão de algumas atividades da Recorrida, não significa que a personalidade jurídica foi alterada. Ela permanece rigorosamente a mesma, porém com sua nomenclatura alterada, e extinto alguns serviços que não modificaram esta pessoa jurídica.

O nome empresarial constitui um dos elementos integrantes do ato constitutivo das sociedades em geral, conforme os artigos, 997, inciso II, 1.054 e 1.155 todos do Código Civil. Vejamos:

Art. 997. A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará:

(...)

II - denominação, objeto, sede e prazo da sociedade;

Art. 1054. O contrato mencionará, no que couber, as indicações do art. 997, e, se for o caso, a firma social.

Art. 1.155. Considera-se nome empresarial a firma ou a denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício de empresa.

Parágrafo único. Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.

Logo, a mudança não importa uma modificação na personalidade jurídica, mas sim em um dos elementos contidos no contrato social.

Justamente por esse motivo que a alteração do nome da empresa ou exclusão de algumas das suas atividades não caracteriza cessão contratual.

De extrema importância frisar, que os entendimentos jurisprudenciais trazidos pela parte Recorrente em seu recurso, nada tem haver com o presente caso, pois foram retirados de julgados de lides da Justiça do Trabalho. O recorrido neste ato, tratam-se de demandas administrativas e constitucionais, e não de relações de trabalho.

Única jurisprudência que a Recorrente traz sobre licitação que aduz sobre representação irregular de empresa, é pela falta de assinatura do sócio da firma, o que não se encaixa neste caso.

No mais, ainda que fosse relevante a pretensão lançada no recurso pra combatido, o que se amo-te em razão do princípio da eventualidade, faz-se aplicável no caso o princípio do formalismo moderado "a Administração não poderá ater-se a rigorismos formais ao considerar as manifestações do administrado" .

Nessa esteira, "no silêncio da lei ou de atos regulamentares, não há para o administrador a obrigação de adotar excessivo rigor na tramitação dos processos administrativos, tal como ocorre, por exemplo, nos processos judiciais. Ao administrador caberá seguir um procedimento que seja adequado ao objeto específico a que se destinar o processo"

Em outros termos, tem-se que a Administração poderá conduzir o processo de acordo com suas exigências, observando apenas o cumprimento daqueles atos que a levarão ao objeto do processo.

São pacíficas no Tribunal de Contas da União as decisões que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório. Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário:

"No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados."

O entendimento esposado não significa desprestígio ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas sua modulação a partir de um conflito de princípios.

"O disposto no caput do art. 41 da Lei 8.666/1993, que proíbe a Administração de descumprir as normas e o edital, deve ser aplicado mediante a consideração dos princípios basilares que norteiam o procedimento licitatório, dentre eles o da seleção da proposta mais vantajosa. (Acórdão8482/2013-1a Câmara)"

Deste modo, conclusivo que essas alegações da Recorrente não devem prosperar, visto seu objetivo de tumultuar o processo licitatório vencido pela Controrrazoante.

E por fim, relevante mencionarmos o artigo 78, inc. XI, da Lei nº 8.666/93, e compreendermos sua redação:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

É por óbvio que a alteração da razão social da Recorrida não prejudicaria se quer o contrato se este já tivesse sido assinado, se não prejudicaria o contrato, este pretensão da Recorrente de forma alguma pode ser acolhida.

Importante entender que a procuração foi utilizada apenas para participação do julgamento das propostas, o que se faz entender, que essa representação não é documento essencial do processo licitatório. Conclusivo então, que essa mudança no nome da Recorrida não traz nenhum prejuízo para o contrato discutido.

IV.B – DA VALIDADE DA PROPOSTA APRESENTADA:

0

Inicialmente, aduz a empresa Requerente, "verifica-se que a proposta apresentada pela vencedora, se mostra totalmente inexequível, eis que destoa além da razoabilidade do pretendido por este Tribunal".

Importante entender a inexequibilidade que se configura, quando a margem de lucro for insuficiente para a manutenção da atividade do licitante. A desclassificação deverá ocorrer ainda quando o ofertante demonstrar

condições de executar a proposta deficitária.

Essas hipóteses citadas acima não acontecem com a Recorrida, visto que esta já comprovou que sua proposta é exigível, conforme consta nos documentos da licitação.

Vejamos entendimento sobre este referido assunto:

LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. PRESUNÇÃO RELATIVA. A inexecuibilidade de valores prevista no art. 48 da Lei nº 8.666/1993 (de 21-6), incluída a que se considera manifesta (§ 1º), não tem o estatuto de uma presunção absoluta: "Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la" (Marçal JUSTEN FILHO). Provimento do recurso.

Assim, feita as devidas confirmações, o que já fora comprovado no Pregão, não há o que se falar de inexecuibilidade da proposta apresentada pela Recorrida.

Alega ainda a Requerente, "O termo de referência apresentado pelo Tribunal, bem como na planilha de custos modelo utilizada por este, o índice de produtividade utilizado, especialmente para banheiros insalubres, o foi de 145,82 m², ao tempo que a licitante declarada vencedora aumentou referida produtividade para 300 m², reduzindo-se assim, a título de exemplo, no fórum trabalhista, o quantitativo estimado de 6 (seis) postos de trabalho para apenas 3 (três) postos de trabalho (página 3 da planilha do Tribunal X página 6 da proposta apresentada pela vencedora)."

Mais uma vez essa empresa Recorrente, tenta conduzir o Pregoeiro a uma conduta que não foi realizada pela Recorrida.

A produtividade utilizada na proposta da INTERATIVA FACILITES LTDA, ora Recorrida, está condizente com o enunciado 3 do ANEXO VI-B da Instrução Normativa nº 5/2017 SEGES/MP, conforme está imposto no edital, especificadamente no ANEXO I, Termo de Referência, item 3, 3.1 e 3.2.

Assim, a Recorrida, que fora vencedora da licitação, , seguiu rigorosamente a orientação imposta no edital do referido pregão. Conforme exposto no início dessa peça, a Recorrida, é uma companhia que trabalha com a legalidade cumprindo o que impõe a Legislação, e assim desempenhado com zelo e eficiência o seu dever, com fim de bem prestar seus serviços nos padrões que é imposta.

Ora, não resta dúvida que a Recorrente esforçar-se para achar justificativas, que não condizem com a verdade, a fim de emaranhar esse processo licitatório, vencido legalmente pela Recorrida.

Outro ponto que a Recorrente aduz "Veja-se, ainda que na proposta apresentada pela empresa vencedora, em local, cuja circulação de pessoas o é bem menor do que a circulação de pessoas do fórum trabalhista, especificamente o Blocos B1/B2 - Edifício B1 (página 6 da proposta vencedora), esta lança uma produtividade menor, ou seja, completamente descabida a planilha apresentada."

Necessário salientar, que a produtividade no B1/B2 foi de 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados). Essa produtividade foi escolhida tendo em vista que a área do banheiro é pequena e obrigatoriamente devemos deixar um profissional banherista que receberá o percentual de insalubridade de 40% (quarenta por cento).

Veja mais uma vez, que a Recorrida, empresa vencedora da licitação, age dentro dos parâmetros da legalidade, não havendo justificativas as alegações da Recorrente.

Essa empresa Recorrente, ainda informa em seu recurso, que o pregoeiro (a) menciona nos esclarecimento que a produtividade 272m² (duzentos e oitenta e dois metros quadrados) utilizada por outra licitante é incompatível com a realidade do tribunal.

Importante revelar, que essa informação consta no chat(ata) e não em esclarecimentos da licitação. Nesse próprio chat o pregoeiro indica que a licitante poderá utilizar produtividade dentro da faixa referencial da IN05/2017. Citamos trecho da conversa com a narrativa do Pregoeiro na data de 18/08/2020, as 14:27:05

Para ABILITY NEGOCIOS EIRELI - A licitante pode propor outros índices de produtividade, no entanto guardar coerência dentro do contexto da contratação. Ora, como que uma edificação onde o fluxo de pessoas é intenso possui uma produtividade maior do que outra edificação cujo fluxo é menor.

Essa menção, somente confirma que esta Recorrida, efetivou sua proposta, dentro das normas legais, autorizadas nesse processo licitatório.

Em outro ponto, é dito pela Recorrente, que a Recorrida declara que tem condições de atender as especificidades do Contratado, com a metade do que fora estimado, onde o Tribunal entendeu por ser necessário um quantitativo de 06 (seis) postos insalubres, a Recorrida, declara que consegue atender com um quantitativo de 03 (três) postos, assumindo que se houver custos excedentes arcará, sem ônus ao Contratante.

Nobres, a Recorrida é uma empresa com quase 20 (vinte) anos de experiência na área de serviços terceirizados, o que significa que essa entidade tem conhecimento bastante do compromisso que esta assumindo. Conforme a própria empresa Recorrente afirma, essa Recorrida assume que se houver custos excedentes a própria arcará com esse encargo.

Essa Recorrente entra no mérito de que ainda que a administração busque o melhor preço, a melhor oferta, deve ater-se à exequibilidade da proposta apresentada, se o preço é condizente com o estimado e com as condições específicas dos locais de prestação de serviços.

Diante esse recorrido, essa empresa Recorrente, ainda agride verbalmente a Recorrida da seguinte forma, "é totalmente discrepante, grita aos olhos, o quão irreal a proposta apresentada, o que por certo ensejará uma rescisão contratual precoce ou uma chuva de ações de cunho trabalhista, de colaboradores que se ativam perante o Tomador de Serviços TRT 18, em razão da submissão à condições sem a devida contraprestação, especialmente no que se refere ao adicional de insalubridade."

Relevante lembrar o TIPO deste referente PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020, que era o de MENOR PREÇO.

A modalidade de Licitação do tipo menor preço, para serviços como é o caso concreto, qualquer que seja o valor estimado, e a disputa é feita por propostas e lances sucessivos, em sessão pública, presencial ou eletrônica.

A Recorrida, venceu de forma merecida, visando que respeitou todos os trâmites legais desse processo, conforme já demonstrado no decorrer dessa Contrarrazão.

A Recorrente, tenta desprestigiar o mérito da Recorrida, alegando que esta empresa não conseguirá prestar um efetivo serviço para administração, levando o Contratante ao prejuízo.

Além de ter vencido o processo licitatório de forma merecida, conforme o Tipo de Pregão oferecido, essa Recorrida é referência no meio dos serviços terceirizados. O que pode ser confirmado pela quantidade de grandes empresas e órgãos da administração que são clientes dessa Recorrida, como por exemplo, O Superior Tribunal de Justiça – STJ, Polícia Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Receita Federal, Banco Central do Brasil, entre outros.

Essas informações podem ser todas confirmadas no próprio site da empresa Recorrida, onde link para acessá-lo se encontra no rodapé desta página.

Os clientes da Recorrida, acima, são empresas e órgãos fundamentais para evolução do nosso país, o que comprova a seriedade e competência dessa Recorrida. O Superior Tribunal de Justiça – STJ, bem como a Polícia Federal, órgãos do mais alto escalão da nossa administração pública, não teriam como um Contratado de serviços terceirizados por vários anos, uma empresa que não oferecesse um trabalho de qualidade.

Algumas das Licitações dos clientes acima, foram vencidas através do mesmo TIPO deste presente PREGÃO, comprovando que a Recorrida, possui a devida competência para assumir o posto que fora vencedora.

Importante mencionar que a Recorrida, possui mais de 5.000,00 (cinco mil) funcionários distribuídos por alguns estados do Brasil, demonstrando assim sua credibilidade, e sua importância para economia do país.

Diferente ponto que a Recorrente tenta convencer esse pregoeiro com intuito de desclassificação dessa empresa Recorrida, é afirmando sobre a responsabilidade subsidiária que o Tribunal teria em futuras ações propostas em desfavor dessa Recorrida.

Já esta mais que provado que a Recorrida prioriza os princípios e ideais norteadores das atividades que ensejam na seriedade, compromisso e ética. Assumindo assim, todo e qualquer tipo de responsabilidade que vier a enfrentar em seu desfavor, desobrigando o Contratante de qualquer obrigação subsidiária.

IV.C – DO RESPEITO AO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DA COMPETIVIDADE, DA ISONOMIA E DA LEGALIDADE:

Argui a Recorrente: "A conduta do Senhor Pregoeiro, que declarou a empresa INTERATIVA FACILITIES LTDA vencedora, desatende aos princípios da licitação, não podendo prevalecer de forma alguma, haja vista que a sua

decisão acabou frustrando, senão restringindo, a competitividade do certame, restando inobservada, também, a necessidade basilar de respeito aos ditames do instrumento convocatório (...)"

É percebido mais uma vez, que a Recorrente tenta de uma maneira desesperadora, achar uma maneira, que não existe, de invalidar esse processo licitatório vencido pela Recorrida.

O trâmite da licitação ocorreu de maneira totalmente certa, conforme os documentos apresentados, verificado essas alegações da Recorrente uma maneira de tentar postergar o presente pregoão.

IV.D – EMINENTE JULGADOR:

O procedimento licitatório tem como princípio fundamental o interesse público, mediante a contratação da proposta mais vantajosa para a administração, com observância nos princípios da legalidade, da moralidade, da competitividade, da isonomia, da razoabilidade, da economicidade, dentre outros, plenamente atendidos pela Recorrida.

Ora, tendo a Recorrida, apresentado especificações técnicas com as devidas comprovações de documentação e em conformidade as exigências editalícias, não é razoável, que a Recorrente se socorra em fundamentos estapafúrdios e sem base para simplesmente tumultuar o processo, ficando muito claras suas intenções, sendo que tal pleito não pode ter êxito.

A proposta apresentada pela Recorrida comprova o pleno atendimento, como já dito, das disposições editalícias.

Ou seja, a decisão em questão não deixou de observar os princípios licitatórios da razoabilidade e da não restrição ao caráter competitivo da licitação, claramente contemplados no artigo 3º, § 1º, inciso L da Lei nº 8.666/93 .

Acatar os fundamentos da Recorrente seria uma ficção, que em nada contribui para este processo licitatório. Verifica-se a precisão da decisão desta D. Comissão.

Dúvida não resta de que uma medida como o Recurso Administrativo interposto pela Recorrente é de caráter inteiramente protelatório, apenas revela um latente inconformismo que carece de toda e qualquer razoabilidade que o fundamente. Tem como único objetivo dificultar e retardar a continuidade dos atos administrativos relativos ao certame licitatório, sem que represente qualquer compromisso com o interesse público em questão.

V – DO REQUERIMENTO

Destarte, pelas razões acima esposadas, requer a Recorrida:

a) Que seja completamente indeferido o Recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a INTERATIVA FACILITIES LTDA, ora Recorrida, vencedora do certame, dando prosseguimento às demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

b) Que caso V.Sa. não entenda desta forma, que a presente Impugnação seja submetida à autoridade superior para revisão.

DIANTE DO EXPOSTO, requer se digne em receber as Contrarrazões tempestivamente manifestadas ao Recurso Administrativo movida pela empresa PRESTA SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI, ora Recorrente, determinando o seu imediato processamento para, ao final, acolhendo as Contrarrazões supra, manter o resultado já apresentado em sua ata final, por ser de direito e perfazer JUSTIÇA!

NESTES TERMOS PEDE DEFERIMENTO

Brasília, Distrito Federal, 24 de setembro de 2020.

Izaias Junio Vieira
Sócio Diretor

Voltar